



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

ADMINISTRAÇÃO

PROJETO INTEGRADO

A TECNOLOGIA NO SETOR PÚBLICO

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

SETEMBRO, 2021

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
ADMINISTRAÇÃO

PROJETO INTEGRADO
A TECNOLOGIA NO SETOR PÚBLICO

MÓDULO TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROF. PAULO CÉSAR
MONTANHEIRO

GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO – PROF. DANILO
MORAIS DOVAL

ESTUDANTES:

DIEGO OTAVIO BORTOLUCI, RA 1012019100154
JOSÉ ANTONIO FABIANO, RA 10120191036
WELLINGTON EUGENIO MOREIRA, RA 18000167

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

SETEMBRO, 2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. PROJETO INTEGRADO	4
2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4
2.1.1 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 101/2020 e LEI 4320/64	12
2.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	14
2.2.1 SISTEMAS DE APOIO À DECISÃO	15
2.2.2 SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO	19
2.2.3 OS SISTEMAS DE GESTÃO NO SETOR PÚBLICO	23
REFERÊNCIAS	27
ANEXOS	28

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho abordaremos o uso da tecnologia no setor público,isto é, como a tecnologia pode e vem ao longo dos anos revolucionando o sistema de gestão ,sejam eles públicos ou privados,abordaremos o setor proposto no trabalho que é o setor público nas suas mais variadas esferas. Pontuamos também, como a tecnologia tem permitido aos gestores públicos enxergarem a administração sob uma nova perspectiva, a qual vem se mostrando ao longo dos anos ser ágil e facilitadora dos processos.

2. PROJETO INTEGRADO

Neste tópico apresentaremos como a administração pública de fato funciona, os novos modelos de gestão que estão sendo implementados para melhoria da administração pública no Brasil, bem como as leis contidas na Constituição Federal de 1988, que gerem e embasam as ações dos gestores públicos.

Abordaremos também como a tecnologia tem se mostrado uma forte aliada no processo de administração pública integrando os setores e facilitando o trabalho dos gestores no atendimento às necessidades do cidadão. fazendo com que os trabalhos seja realizados de forma rápida e menos onerosa para os funcionalismo, para o cidadão para os gestores em si, bem como para os cofres públicos.

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração pública é o conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado que procuram satisfazer as necessidades da sociedade, assim como a educação, cultura, segurança, saúde, etc. Administração pública é a gestão dos interesses públicos por meio da prestação de serviços públicos.

A carreira na Administração Pública está entre as profissões mais bem pagas no Brasil, além de oferecer uma ótima estabilidade no cargo, diversas pessoas que tem vocações para trabalhar na área buscam uma formação adequada para melhor estabilização no cargo.

2 Administração Pública Tendo como ponto de partida a Segunda Guerra Mundial, momento histórico em que se ampliam as visões das ciências administrativas ou organizacionais, especialmente nos Estados Unidos, com o surgimento das teorias organizacionais conhecidas como as teorias clássicas ou tradicionais. Assim, a administração pública teve uma trajetória que ao longo do tempo passou a se consolidar como disciplina. Para Saravia e Ferrarezi (2006) os estudos pioneiros de administração pública foram os de Woodrow Wilson, professor de Ciências Políticas da universidade

de Princeton. Os estudos tinham como objetivo a criação de uma classe administrativa apartidária, focada no mérito, para, assim, neutralizar o nepotismo e favoritismo que pairavam sobre a administração pública. Nessa época o administrador público era tido como um mero executor de políticas, posto que, com o crescimento do aparato estatal houve uma mudança do conceito de administrador, já entendido como formulador de Políticas Públicas. A base de formação da disciplina de administração pública foi à administração científica, um modelo de administração criado pelo americano Frederick Winslow Taylor no fim do século XIX e início do século XX e que se baseia em melhor custo/benefício aos sistemas produtivos. Para Farah (2011) a Administração Pública, como área de formação e campo de estudos teve como foco a preparação de servidores públicos, para execução de atividades fins, e a implementação de políticas públicas: orçamento, gestão de pessoal e organização para a administração pública moderna. Assim a administração pública era tida como governamental, com a função de formar quadros de servidores para o Estado. Com as crescentes transformações sociais, políticas e econômicas, a administração pública teve uma nova definição, ou seja, ampliou suas fronteiras para além do Estado, inclusive passou a incluir organizações não governamentais, privadas, orientadas para prestação de serviço público, entidades do setor privado e da comunidade, instituições de cunho inclusivo e participação do cidadão no processo de formulação, implementação e controle de políticas públicas, o que impulsionou os estudos acerca da disciplina de políticas públicas. No entender de Rabell (2000), o deslocamento do público para além do Estado e a dissolução da fronteira entre o público e o privado contribuiu para aumentar a complexidade das políticas públicas de tal forma, que a administração pública precisou se reposicionar nesse contexto para dar conta de tal complexidade imposta por mudanças paradigmáticas. Para Farah (2011) a incorporação das políticas públicas como objeto de análise pela administração pública, aproxima a administração dos estudos nas ciências políticas. Significa, verificar as novas dinâmicas das atividades estatais, repensar seu papel, olhar para as políticas sociais e econômicas em um mundo globalizado, onde as empresas precisavam desenvolver novas estratégias para continuarem competitivas, em um mundo cada vez mais tecnológico e inteligente, graças aos avanços das tecnologias de comunicação e informação. Para Grau (2004) abre possibilidades para uma maior participação da cidadania na vigilância das organizações estatais. Os avanços

facilitaram a participação democrática nas decisões estatais, na sua implementação, no seu controle e nos seus benefícios, de modo a fortalecer a transparência e o consequente controle social das ações do Estado (SARAVIA; FERRAREZI, 2006).

2.1 A Administração Pública no Brasil

No Brasil, a exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos a administração pública teve seu início atrelado ao objetivo de treinar servidores para a administração pública moderna. Segundo Farah (2011), até meados de 1930 a administração pública no país ainda estava vinculada a tradição da legislação romana que foi introduzida pela colonização portuguesa, ou seja, até a década de 1930, na Administração Colonial, no Império Brasileiro e na 1ª República, em 15 de novembro de 1889, onde o patrimonialismo foi a tônica do fazer público. A administração foi marcada pela troca de favores, mistura do público e do privado e pela baixa capacidade de ação local, pois a administração local ficava subordinada à metrópole. No entender de Paula (2005a) no Brasil, devido à tradição patrimonialista, os empregos e benefícios que se auferem do Estado costumam estar ligados aos interesses pessoais e não aos interesses públicos. Esse personalismo do serviço público brasileiro relaciona-se com a ética de fundo emotivo que permeia a nossa cultura: o “homem cordial” é avesso à impessoalidade e ao formalismo e, conseqüentemente, à burocracia. Assim, percebe-se que a tradição formal, na época, era de ordem jurídica, fortemente articulada pelo patrimonialismo e pelo clientelismo. Para responder a esse desafio, na década de 1930, teve início a busca da consolidação de uma administração pública moderna, com o propósito de instaurar os serviços públicos à luz dos moldes da burocracia Weberiana, segundo Farah (2011). Na ditadura Vargas, entre 1930 e 1945, quando governou o Brasil por 15 anos e de forma contínua, o Estado assumiu a liderança do processo de modernização econômica e social do país, intervindo na produção e criando um modelo desenvolvimentista que levou a uma ruptura do tradicional sistema patrimonialista e abriu espaço para o desenvolvimento de uma administração pública baseada na burocracia, conceito sugerido por Max Weber que pode ser explicado, conforme Oliveira (1970, apud BIEGER et al., 2017): O conceito weberiano de burocracia é resultante da concepção weberiana de autoridade legal. Suas raízes emergem da problemática do poder, sua origem e legitimidade, sua estrutura organizacional e funcionamento, sua eficácia e destinação e, por fim, suas conseqüências. Burocracia designa, em Weber, um quadro de funcionários que, organizados dentro de uma forma

específica e submetidos a normas de conduta também específicas e determinadas, exercem autoridade legal (p. 47). As reformas administrativas de 1937 tiveram como marco inicial da administração pública, a criação da Revista do Serviço Público e a fundação do Departamento de Administração do Setor Público (DASP), para modernizar a gestão. De acordo com Bieger et al., (2017), essa nova realidade fez com que a administração se profissionalizasse, no entanto, os procedimentos administrativos baseados na burocracia não conseguiram se adaptar muito bem a uma sociedade até então acostumada com favores e troca de influências. Porém, em meados de 1940, as investigações na administração pública, conquistam seu espaço ao instalar no Rio de Janeiro a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O período compreendido entre 1967 até o final de 1970 ainda era fortemente influenciado pelo paradigma da administração pública como ciência administrativa, marcado pela separação entre administração e política, que segundo Farah (2011) tinha como característica predominantemente a valorização de técnicas administrativas como instrumentos de mudanças importantes para o desenvolvimento. Ainda que, inicialmente, eficaz e com excelentes níveis de desenvolvimento por muitos anos, o modelo burocrático começou a se tornar obsoleto devido a influência de fatores externos e internos, a partir da crise do petróleo na década de 1970, quando os governos perceberam que era necessário repensar o modelo burocrático, uma vez que, o mesmo era rígido e intervencionista. No início dos anos 1980, no cenário nacional, se afirma a participação popular no processo decisório, especialmente nas políticas públicas. Esse movimento consolida a participação, tanto nas práticas sociais, como nas produções acadêmicas, superando em boa parte, a concepção de um Estado Mínimo, que indicava a presença do estado tão somente na educação, na saúde e na segurança, no entender de Gomes e Oliveira (2010). A partir de 1990, o Estado Brasileiro se atenta para a realidade da competição global. Caracterizada pela abertura dos capitais e comércio internacional, associada a privatização das empresas estatais e a redução da ação do Estado sobre a economia. Segundo Gomes e Oliveira (2010), nesse momento ocorre uma redefinição do papel do Estado, de um modelo paternalista, empresarial e burocrático para um papel de gestor. Momento propício para a Administração Pública gerencial, também conhecida como Nova Administração Pública, emergir como modelo ideal para o gerenciamento do Estado brasileiro. As reformas dos anos de 1990 fomentaram duas vertentes da Administração

Pública: uma gerencial alinhada ao movimento internacional impulsionado pelo Reino Unido e pelos Estados Unidos, e uma societal que herdou as propostas do movimento pela redemocratização no Brasil (DE PAULA, 2005a). A administração societal se baseia em experiências alternativas de gestão pública por meio dos conselhos gestores e orçamentos participativos, buscando uma gestão pública social. Com a elaboração da constituição de 1988, no embate de diferentes forças políticas que apresentaram propostas para elaboração de um novo referencial de Estado e sociedade, na intenção da construção de uma sólida democracia no Brasil. Segundo De Paula (2005a) os movimentos da época envolviam sindicatos, movimentos populares, ONGs e entidades profissionais todos focados na busca da cidadania e do fortalecimento do papel da sociedade civil na vida política do país. A última grande reforma administrativa ocorreu em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, levada a cabo pelo ministro Luís Carlos Bresser-Pereira, pesquisador reconhecido no setor público e teve como principal fator a adoção do Gerencialismo na administração pública brasileira. Secchi (2009) e De Paula (2005a), afirmam que uma Administração Pública mais assertiva é aquela que atenda o real interesse do cidadão e que tenha a participação social. Mesmo os últimos governos têm mantido algumas dessas medidas da última reforma como “a orientação para o cidadão, flexibilização das estruturas e ênfase em desempenho” (COSTIN, 2010, p. 70). Assim, ao longo dos anos 90 os movimentos que eram predominantemente societais almejavam a implementação de um projeto político que ampliasse a participação dos atores sociais de forma a criar instrumentos para exercer um maior controle social sobre as ações estatais, descentralizando a definição e implementação das ações públicas. “Consolidava-se assim o modelo societal: a reforma do Estado não é somente uma questão administrativa e gerencial, mas sim um projeto político”(PAULA, 2008, p.155 apud GOMES; OLIVEIRA, 2010). Após um breve entendimento acerca da administração pública é importante que se compreenda também os modelos organizacionais de administração pública no contexto mundial e nacional. 3 Modelos Organizacionais de Administração Pública Para Amato (1971, p. 15) a Administração Pública poderá ser “a fase do governo que consta da cooperação ordenada de pessoas, mediante o planejamento, organização, educação e direção de seu comportamento, para a realização dos fins do sistema político”. Para Silva (2013) a Administração Pública contempla um conjunto de órgãos e de servidores que, mantidos com recursos públicos,

são encarregados de decidir e implementar as normas necessárias ao bem-estar social e das ações necessárias à gestão da coisa pública. Portanto, os modelos organizacionais de administração pública são resultados conquistados por um conjunto de métodos administrativos, que são dinâmicos e tendem a modificar de acordo com as especificidades de cada organização. Assim, a evolução da administração pública pode ser entendida como processo de aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Estado à população, que pode ser representada por três modelos: administração patrimonial, administração burocrática e administração pública gerencial. Nesses modelos, o objetivo é suprir uma deficiência do modelo anterior, introduzindo novos conceitos ou mudando conceitos ineficientes ao aparelhamento do Estado, segundo Silva (2013).

3.1 Administração Pública Patrimonialista

A administração pública patrimonialista é típica dos Estados absolutistas do século XVIII, tendo como característica marcante desse modelo a dificuldade do administrador em distinguir o patrimônio público de seus bens privados. De forma que o aparelho estatal era tratado como extensão do poder soberano. Na visão patrimonialista o fundamento primordial era que a administração pública deveria servir a população, onde os governantes consideram o Estado como seu patrimônio, havendo uma total confusão entre o que é público e o que é privado, no entender de Silva (2013). Como consequência desse pensamento, a corrupção e o nepotismo são facilitadas pelo modelo patrimonial. Para Gomes e Oliveira (2010, p.110) “o fato de o patrimonialismo afetar a finalidade básica do Estado de proteger a coisa pública, pois as atividades públicas deixam de estar empenhadas com a melhor relação custo-benefício possível para a sociedade”. Com o crescimento do pensamento capitalista a sociedade e o mercado se distinguiram do Estado, e a necessidade de estabelecer uma separação entre o político e o administrador público fez com que o modelo patrimonialista se tornasse ineficiente e inaceitável. É a partir disso, que surge a administração burocrática racional-legal moderna ou modelo burocrático.

3.2 Administração Pública Burocrática

À administração pública burocrática foi adotada para suprir a administração patrimonialista, no entender de Silva (2013), surgiu basicamente com o advento do Estado Liberal, que busca romper com o modelo anterior, patrimonialista, pois separa os interesses pessoais do detentor do poder e os instrumentos colocados à disposição do Poder Público para garantir a satisfação do interesse público. Para Weber (2009) a burocracia é um tipo de poder, é um sistema

racional, implementa o formalismo, a existência de normas escritas, a estrutura hierárquica, a divisão horizontal e vertical de trabalho. Assim, têm-se três características básicas desse modelo: a formalidade, a impessoalidade e o profissionalismo que para Weber (2009), tais características tornam a burocracia capaz de alto grau de eficiência. No entanto, esse modelo recebeu críticas como a de que, o pressuposto da impessoalidade na verdade dissimula as reais motivações dos burocratas, modelo baseado no formalismo e na presença de normas e rigidez de procedimentos limitando a eficiência, os direitos civis e sociais continuaram sem proteção para Gomes e Oliveira (2010). Em síntese a administração burocrática era cara, lenta, pouco ou nada orientada para o atendimento das demandas do cidadão, ou seja, esse modelo não mais atendia as necessidades da administração pública em uma sociedade que estava em plena era das inovações tecnológicas e da globalização. Surge então, o modelo gerencial como forma de atingir a excelência administrativa com foco no cidadão. 3.3 Administração Pública Gerencial Para Silva (2013) a necessidade de uma administração pública gerencial se apresentava como uma alternativa de correção para alguns problemas do modelo burocrático e que pudesse atender às novas necessidades dos cidadãos em um mundo cada vez mais globalizado, com o abandono dos sistemas baseados na rígida hierarquia burocrática. O foco da administração gerencial era o aumento da qualidade dos serviços e a redução de custos. Na administração gerencial o comprometimento com o resultado torna-se um instrumento que promove mecanismos de responsabilidade. Conforme Gomes e Oliveira (2010): A administração gerencial pode ser considerada um sistema baseado na racionalidade instrumental aplicada à gestão pública, tendo como preceitos organizacionais: a desagregação do serviço público em unidades especializadas e centros de custos; competição entre organizações, tanto públicas quanto privadas; o uso de práticas de gestão advindas da administração privada; atenção à disciplina e economia e administradores empreendedores (p.115). Corroborando Silva (2013), ao apontar o modelo gerencial para incorporar as mudanças ocorridas nas estruturas organizacionais, na redução da máquina estatal, redução de custos, descentralização dos serviços públicos, da criação de agências reguladoras e a busca pela padronização dos processos que visem otimizar tempo e recursos. Para De Paula (2005b) a administração pública gerencial ou Nova Gestão Pública é um modelo normativo pós-burocrático, baseado nos valores de eficiência e eficácia. A Nova Administração Pública supõe

mudanças na perspectiva sobre a maneira de alcançar resultados, visa contribuir de forma significativa para o aumento da igualdade do acesso aos serviços públicos, requer planejamento estratégico das ações a serem desenvolvidas pelo poder público, maior autonomia gerencial, elaboração de indicadores de desempenho. Além disso, a sociedade passa a atuar na busca de recursos públicos, de forma transparente onde os cidadãos participam do debate público, com o objetivo de garantir que os direitos da coletividade se façam valer (SILVA, 2013). Já em 2002, Allebrandt apontava que a sociedade civil passa a ocupar uma posição de destaque, em que a cidadania emerge como protagonista do processo de construção e formulação das políticas públicas. Siedenberg (2012), indica mais que a eficiência, há necessidade de eficácia e efetividade nas políticas públicas, que cada vez mais devem contar com a participação da sociedade na sua definição, mas também no monitoramento da sua execução e permanente avaliação. No Brasil o modelo gerencial de administração pública foi adotado em 1995, segundo Allebrandt (2012), que tinha como meta, o fortalecimento da democracia no país.

3.4 Administração Pública Societal

A vertente social deriva, no Brasil, dos movimentos sociais que mobilizaram o país durante o período ditatorial. Os movimentos contaram com apoio da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiásticas de Base – CEBs. Esse processo, associado aos movimentos sindicais, comunitários e de várias categorias profissionais, promoveram a criação de espaços, onde as pessoas eram estimuladas a debater as questões cotidianas, contribuindo para a formação de lideranças populares. Disso resultaram reivindicações populares junto ao poder público, sobre assuntos relacionados à qualidade de vida individual e coletiva. Portanto, a origem do modelo social deve-se ao anseio da sociedade em participar mais ativamente do governo. Para Klering, Porsse e Guadagnin (2010), a vertente societal é baseada em uma nova relação Estado-Sociedade, com maior envolvimento da população na definição da agenda política e conseqüentemente maior controle social sobre as ações estatais de forma a legitimar a participação popular no processo de formulação e implementação de políticas públicas.

2.1.1 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 101/2020 e LEI 4320/64

A Lei de Responsabilidade Fiscal é responsável por estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal e de outras providências.

Por sua vez a Lei de Responsabilidade Fiscal tem a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas,

A LRF tem sua classificação formada por quatro pilares, sendo eles, Planejamento, Transparência, Controle e Responsabilidade.

Orçamento público é um instrumento de planejamento e execução das [finanças públicas](#). Na atualidade, o conceito está intimamente ligado à previsão das Receitas e à fixação das Despesas públicas. No Brasil, sua natureza jurídica é considerada como sendo de lei em sentido formal, apenas. Isso guarda relação com o caráter meramente autorizativo das despesas públicas ali previstas. O orçamento contém estimativa das receitas e autorização para realização de despesas da administração pública direta e indireta em um determinado exercício que, no Brasil, coincide com o ano civil. O modelo orçamentário brasileiro é definido na Constituição Federal de 1988 do Brasil. Compõe-se de três instrumentos:

PPA, o Plano Plurianual

LDO a Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA. e a Lei Orçamentária Anual

2.1.2 MARCAS QUE DEFINEM O DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA: PPA, LDO E LOA

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabele

o plano plurianual;

II

as diretrizes orçamentárias;

III

os orçamentos anuais.

O PPA, com vigência de quatro anos, tem como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública. Cabe à LDO, anualmente,

enunciar as políticas públicas e respectivas prioridades para o exercício seguinte. Já a LOA tem como principais objetivos estimar a receita e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro. Assim, a LDO ao identificar no PPA as ações que receberão prioridade no exercício seguinte torna-se o elo entre o PPA, que funciona como um plano de médio prazo do governo, e a LOA, que é o instrumento que viabiliza

a execução do plano de trabalho do exercício a que se refere.

De acordo com a Constituição Federal, o exercício da função do planejamento é um dever do Estado, tendo caráter determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Assim, o planejamento expresso no Plano Plurianual assume a forma de grande moldura legal e institucional para a ação nacional, bem como para a formulação dos planos regionais e setoriais.

O § 1º do inciso XI do art. 167 da Constituição Federal é um argumento forte em relação à importância que os constituintes deram ao planejamento no Brasil:

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

2.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

– GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Uma solução de TI , pode facilitar o levantamento , a análise e o cruzamento de dados , auxiliando os gestores em decisões mais acertadas e mais condizentes com as reais necessidades dos cidadãos .

Um ganho importante que a tecnologia proporciona é a integração, tornando possível concentrar um mesmo sistema de dados de toda uma corporação pública ou privada.

Alguns benefícios da tecnologia :

1 – AGILIDADE - Maior rapidez na execução das tarefas;

2 – PADRONIZAÇÃO – Permite que as tarefas sejam padronizadas , documentadas e controladas, possibilitando a manutenção no mesmo nível de qualidade.

3 – PROCESSO – Os processos são mais bem elaborados . Ex : no setor público – na saúde , na educação e segurança são diretamente beneficiadas pela tecnologia. Com isso os sistemas mais eficientes da gestão de informações, é possível observar a ascensão das cidades inteligentes ou SMART cities que integram plataformas e diferentes recursos para promover o bem estar social. Fonte : [Google.com/ search ? q=como+a](https://www.google.com/search?q=como+a)

Exemplo - destaques ranking connect smart cities 2020 ; na classificação por região , destaca se : no centro oeste , Brasília (DF) com a 1º colocação no ranking connected smart cities ; no Nordeste , Recife (PE) ; No norte Palmas (TO) ; no Sudeste , São Paulo (SP) ; e no sul Florianópolis (PR) . Fonte : www.gazetadopovo.com.br

Cidades inteligentes , também chamadas de Smart cities , são aquelas que usam a tecnologia de modo integrado para melhorar a infra estrutura , otimizar a mobilidade

urbana , criar colocações sustentáveis e outras melhorias para qualidade de vida dos moradores. Fonte : [Google.com/ amp / s / wnv.vidade](https://www.google.com/amp/s/wnv.vidade)

Exemplo - Em reunião feita em forma virtual com o Sr. Celso (chefe do gabinete) e o Sr. Moacir Rosseto (contador) da Prefeitura de Vargem Grande do Sul ,estes relataram que já se encontra em funcionamento uma ferramenta com cerca de 300 pessoas participando ,na qual os cidadãos Vargengrandense ajudam a identificar suas necessidades as quais podemos citar : um bueiro quebrado , asfalto danificado cano de água estourado, etc. Estas informações chegam diretamente nos encarregados de setores e eles são obrigados a dar uma satisfação ao cidadão em um curto prazo de tempo e inclusive dar a previsão da solução da reclamação.

2.2.1 SISTEMAS DE APOIO À DECISÃO

Há uns 20/30 anos atrás , os controles internos de uma organização pública ou privada era tudo manual, ou seja, através de enormes arquivos de papéis. Ex : em um banco , em uma prefeitura, os processos eram todos de forma manual e os riscos de falha humana ou de se perderem nos setores eram eminentes.

A tecnologia da informação veio trazer agilidade nos processos, podemos citar: tirar o RG , Renovar ou tirar CNH , passaporte , a burocracia era enorme e muito demorada . Para se resolver esta demora , hoje existe o Poupa Tempo.(SEFAZ) é um software que faz assinatura digital eletrônica que antes era muito burocrático, tendo que reconhecer entre outras coisas, firma em cartório, e isso tudo era muito demorado , desgastante e com alto custo.

A TI é muito útil para tomada de decisão , bem como, monitoramento , acompanhamento de desempenho e evidenciar os desvios (legais) que ocorreram em um determinado tempo .Se por exemplo, em uma prefeitura municipal , uma determinada despesa foi maior que o orçamento do período , a tecnologia auxilia e evidencia os desvios.

Um PPA, LDO e LOA tem uma base prevista em lei para ser seguida e cumprida com eficiência e eficácia. A equipe pode citar que na reunião virtual que realizamos

com o Sr. Celso e o Sr. Moacir , relataram que o prefeito da cidade, Sr. Amarildo Duzzi de Moraes, tem um lema de (FAZER MAIS COM MENOS) ser eficiente e eficaz. Se ocorrer um desvio legal , por uma inundação , ou uma calamidade pública , etc , que o tenha ocorrido dentro do município de Vargem Grande do Sul, perímetro rural ou urbano, tem que ser resolvido com a máxima urgência, mesmo não estando nos orçamentos municipais. Para estas situações existe uma reserva legal , com uma devida porcentagem.

Através da TI , inclusive dá para ser comparado mês a mês, se as receitas e despesas previstas no orçamento estão condizentes. Essa tecnologia serve também para tomada de decisão na estratégia , na questão de investimentos ou qualquer outra análise. Os sistemas vieram ao longo do tempo aprimorando se. Nos anos 90, quando os sistemas começaram a ser implantados de forma mais eficaz e contínua nas organizações públicas ou privadas, antes de forma manual, com muitos erros e lentos, até a chegada da informação ao usuário final.

Os sistemas especialistas , os sistemas de apoio , a tomada de decisão e os sistemas executivos nada mais é que um conjunto de informação.

A 20/30 anos atrás, se analisarmos que todas informações da organização pública ou privada , todos dados ficavam espalhados em diversos setores ; exemplo: se precisasse de uma informação de um cadastro de um imóvel , , financeiro , do fisco , etc dentro da prefeitura, teríamos que percorrer todos estes departamentos, e o pior que, muitas vezes as informações se repetiam, isto porque cada setor fazia de seu jeito, pois cada um tem sua interdependência e organizava as suas informações dentro de seus respectivos arquivos de papel.

O advento da TI , facilita o processo de coletar, armazenar, recuperar e compartilhar dados e informações com rapidez e facilidade.

Os departamentos interagem entre si todas as informações centralizando em uma única base de dados e esta distribui para os diversos setores, ou seja, financeiro, cadastro de imóveis ,etc, buscam assim as informações que necessitam dentro do

mesmo lugar onde as informações já foram processadas em uma única base de dados e divulgadas para todos os setores da organização.

Assim temos 3 sistemas:

1 – SISTEMAS ESPECIALISTAS – são utilizados para solução de alguns problemas complexos , que para resolver estes problemas é necessário um grande volume de dados combinados, ou seja, é feito um relacionamento com conhecimento e base de dados. Desta forma temos várias informações com vários problemas. Exemplo : na prefeitura de Vargem Grande do Sul , o Sr. Celso , chefe de gabinete, disse que pela manhã o encarregado do setor de obras precisa distribuir serviços para um grande número de funcionários e, existe uma ferramenta chamada DESUR (DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANO E RURAL) onde este encarregado consulta através de um aplicativo e distribui para vários projetos e obras que estão ocorrendo ao mesmo tempo; coisa que antes era muito difícil de acontecer. A equipe cita também que existe software que auxiliam muito bem o sistema especialista, como por exemplo o TRELLO , Que controla e gerencia as atividades dentro de uma organização, distribuindo, organizando as tarefas pendentes e dando prioridade às de urgência. Da para realinhar as datas de entrega das atividades , etc. , coisa que no dia a dia são impossíveis de serem realizadas.

2 – SISTEMAS DE APOIO A DECISÃO – Inicialmente este sistema era desenvolvido para alta gestão das empresas. Com o passar do tempo, a alta cúpula, tendo confiança nos dados , passou para a participação em todos os níveis da empresa , isto é, pode ser descido para os níveis mais baixos da organização. Exemplo deste sistema é o POWER BI da Microsoft , ele parametriza dados , recolhe dados e projeta informações em forma de gráficos. Dá para montar um painel dentro do meu POWER BI e ser mostrado para todos dentro da organização que será acompanhado pelo planejamento , controle de produção , estatísticas de qualidade , indicadores contábeis, etc. Sintetizando , é montado um painel onde será melhor visualizado todas as informações de forma que dará suporte à decisão estratégica , táticas e operacionais dentro do dia a dia da organização.

O sistema POWER BI funciona com o apoio a tomada de decisão, acelerando, compartilhando e descendo para todos os níveis da empresa, não ficando assim vinculada somente a área da alta gestão.

3—SISTEMA DE INFORMAÇÃO EXECUTIVOS – Este sistema combina as características dos dois sistemas anteriores, ou seja especialista e de tomada de decisão . Estão presentes na alta gestão das organizações. São utilizados para tomada de grandes decisões . As informações precisam chegar detalhadas para a alta gestão da empresa, pois a alta gestão precisa otimizar tempo e recurso . Os sistemas executivos tem uma interface totalmente amigável e fácil de ser usada. A linguagem tem que ser diferenciada e fácil de ser entendida. A nos sistemas especialistas e de apoio a decisão , conseguem se ser usada uma linguagem bem mais específicas de cada um, os usuários e as pessoas que trabalham por detrás desse sistema são pessoas distintas. No sistema executivo, a informação para tomada de decisão da alta cúpula é com urgência, como por exemplo: apertar o F5 , aparece as informações que o executivo quer ; ela deve ser clara e objetiva, explorando intensivamente recursos gráficos, cores, símbolos , ícones , etc. de forma que as informações serão fornecidas bem rápidas , tendo assim uma visualização macro dos negócios e dos dados resumidos. Sendo assim com este sistema, dá para ter uma

informação macro do prefeito de uma prefeitura ; podemos citar como exemplo que o Sr. Celso comentou em nossa reunião virtual que o prefeito Amarildo, mesmo estando em São Paulo em reuniões, acompanha os dados que necessita para a rotina do seu dia a dia.

Se o executivo quiser aprofundar, vai descendo os níveis para evidenciar as divergências entre uma informação específica com o total.

O sistema fornece informações críticas e de indicadores de desempenho em relação às atividades. Sintetizando : os 3 sistemas especialistas, de apoio à decisão e executivos são vinculados e intrínsecos, ou seja, tem uma correlação , apesar de cada um ter sua especificidade; eles acabam se interligando em algum momento nos processos.

Um SAD , ou DSS (decision suport system) amplifica o entendimento do decisor , mas jamais decide em lugar do decisor , fornece informações relevantes em formato adequado para que o gerente possa tomar decisão. Fonte : Google.com / search ?q=sad + ou.

2.2.2 SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO

A integração de dados é a tática de reunir dados de diferentes fontes a fim de produzir informações importantes e proporcionar uma visão mais consistente acerca da organização. Desta forma é possível combinar todos os dados relevantes de um processo produtivo em um único lugar.

ERP – (enterprise resource planning) ou recursos e planejamento da empresa é um sistema que vai unificar todas as áreas das organizações, sejam elas públicas ou privadas . Um ERP nada mais é que a integração com uma única base de dados. Exemplo : financeiro , vendas , recebimentos , parte fiscal , estoque , contábil , etc. Ou seja, tudo é centralizado dentro de uma base de dados e distribuído quando houver necessidade para cada setor, sendo que cada setor é interdependente entre si , isto é , tem sua informação específica (módulo) . As informações são através de relatórios de todos setores citados acima. Um detalhe importante é que as informações fiscais são passadas direto para o fisco.

Um ERP é adquirido na forma de pacotes comerciais. Podem ser desenvolvidos para empresas públicas ou privadas. Podem ser comprados por partes ou completo. Quanto maior o pacote maior o volume de informações que podem ser extraídas do sistema e também , quando o pacote é maior, maior será seu custo. Sendo assim , é necessário analisar qual o custo benefício que será obtido no sistema na implantação dentro da empresa. Exemplo de integração: Nos sistemas especializados como , produção , pessoal e finanças , cada um tem um banco de dados , e a interface poderá

gerar problemas de distorção nas informações , isto é, são diferentes bancos de dados e diferentes fornecedores. Um sistema não é igual ao outro.

Já no exemplo de um ERP, produção , pessoal e finanças são interligados em uma única base de dados; não corre risco de distorção nas informações, uma vez que não há diferentes bancos de dados como no sistema especializados.

No ERP a integração pode ser vista sob a perspectiva funcional e sistêmica reduzindo os problemas de inconsistência e duplicidade , assim conferindo confiabilidade às informações dos sistemas que estão em uma única base de dados , diferentemente dos especialistas que estão em vários bancos de dados.

As expectativas do ERP são :

- * Informação certa, na hora certa pra tomar decisão.
- * Perfeita integração entre setores da organização.
- * Tornar o processo de planejamento mais transparente.
- * Melhoria de desempenho operacional frente aos clientes.

O termo IMPLANTAÇÃO de um ERP compreende o processo de adoção envolvendo várias etapas :

- 1 – seleção
- 2 – aquisição
- 3 – implantação
- 4 – testes planejados , ter passado por uma etapa de análise .

OBSERVAÇÃO: A Implantação de um processo é caro , demorado , e obriga a corporação a repensar na sua estrutura e processo, sendo assim podemos dizer que no :

1 – PROCESSO DE SELEÇÃO – Identifica a necessidade da empresa ou seja, qual a necessidade de implantação de um ERP , é preciso envolver todas as áreas da corporação.; almoxarifado , financeiro, contabilidade , fiscal ,etc. É preciso definir as

necessidades que iremos procurar , isto é, um sistema que se enquadre dentro daquela expectativa. Também aqui iremos marcar reuniões com empresas fornecedoras de um ERP onde será necessário que elas apresentem um sistema , mostrar na prática como funciona, o tipo de informação que será extraída do sistema.

2 – PROCESSO DE AQUISIÇÃO – Aqui envolve a negociação de valores, os contratos , qual o suporte será dado, etc . OBSERVAÇÃO: Nesta etapa é muito importante que seja discutida a questão do suporte de um ERP, ou seja , qualquer coisa que precisar e não estiver no contrato terá um custo adicional, e isso é caro e demorado. Comprar o sistema é uma coisa, mas ter assistência é outra. Também na fase de aquisição será discutido as obrigações e direitos de cada parte. Um detalhe muito importante aqui é a LGPD (leis de proteção de dados) e o contrato que vai trazer as diretrizes para as próximas etapas.

3 – IMPLANTAÇÃO DO ERP – É neste processo que mais causa impacto dentro de todas as áreas das organizações, tanto as públicas como privadas. É aqui que existe a unanimidade de falarmos que todo processo de implantação é complexo , e na realidade, ele é complexo; porque temos a questão da TI, e a questão da cultura dentro da organização. É no processo de implantação que as grandes maiorias das empresas fracassam, é preciso ter uma estratégia para a implantação , isto é, ter um cronograma de onde será instalado , será feito a implantação para nova base de dados , configuração de dados dos parâmetros da empresa.

Todo este processo envolve uma excessiva carga de trabalho , pois a empresa não pode parar suas atividades do dia a dia, sendo assim as pessoas terão que se adaptar às rotinas já existentes. E também é neste processo que ocorrem os treinamentos da equipe. Depois de tudo funcionando partimos para a etapa final.

4 – TESTES PLANEJADOS , TER PASSADO POR UMA ETAPA DE ANÁLISE – É aqui que será testado se realmente a plataforma está do jeito que a empresa precisa ; nesta fase também existe a questão da aderência cultural , e isso muitas vezes pode fracassar o processo. Todos dentro da empresa precisam ser convencidos que é uma boa estratégia, ou seja, abraçar a ideia da implantação do

sistema ERP. É preciso engajamento de todos, pois como já foi dito, o processo é caro e demorado.

Por isso é preciso que a corporação seja obrigada a repensar sua estrutura, pois vários processos da cadeia produtiva vão desaparecer. Exemplo : a pessoa que tira nota fiscal na mão, agora com a ERP, será tudo eletronicamente. Um ERP tem por objetivo melhorar os processos existentes e eliminar os processos obsoletos dentro da empresa, otimizando assim tempo e recurso. A implantação de um ERP se trata de um produto flexível, pois os clientes fazem adequação do sistema dentro de suas necessidades. A implantação irá requerer custos com consultoria, pode durar vários anos , elevando com isso consideravelmente os custos. É preciso tomar muito cuidado, por se tratar de um produto flexível, toda vez que houver necessidade de adaptação para o jeito que a empresa precisa terá custo adicional e é demorado. Um ERP é um sistema fechado, isto é, no padrão que foi construído. Qualquer coisa que o cliente inclua terá um custo adicional e é demorado.

É preciso selecionar parceiros que estarão envolvidos na implantação com consultores experientes no assunto ; não é prudente os próprios colaboradores da empresa construir um ERP para ela mesma. Assim podemos concluir que uma empresa de Autopeças deve procurar fornecedores de ERP s dentro de seu ramo de negócios.

A equipe de instalação deve conhecer bem o processo de negócios da empresa. É importante checar as funcionalidades e adequação do sistema e adequação do sistema às particularidades da empresa e do fornecedor da solução.

O princípio do sistema é simples, porém a implantação é difícil.

PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS COM A IMPLANTAÇÃO DO ERP —

- Melhoria no nível técnicos dos funcionários .
- Racionalização de processos.
- Redução de custo por meio da redução de mão de obra e horas extras .
- Maior comprometimento e responsabilidade do funcionário ao apontamento.

- Tomada de decisão com informação obtida em tempo real .
- Otimização da comunicação .
- Centralização das atividades administrativas.
- Crescimento da empresa, possibilitando o controle das tarefas.
- Melhoria no desempenho da empresa .
- Diminuição no retrabalho das tarefas administrativas.

ATENÇÃO – Todo ERP terá que ser analisado seu custo benefício.

2.2.3 OS SISTEMAS DE GESTÃO NO SETOR PÚBLICO

A utilização de sistemas de gestão pública vem crescendo cada vez mais no setor. Já passou a época em que a inovação era pertinente apenas às empresas privadas.

Agora, o processo de transformação digital também alcançou o setor público que passa a contar com recursos e soluções para otimizar suas atividades internas e os serviços prestados aos cidadãos.

Instituições de diversas esferas do setor público vêm buscando alternativas como a implementação de sistemas de gestão pública voltados ao aumento da eficiência, eficácia e qualidade nos serviços.

Sistemas de Gestão Pública: O que são?

Com o objetivo de auxiliar a otimização de diferentes setores ligados ao Governo, os sistemas de gestão pública vêm sendo utilizados com frequência pelas instituições.

Os gestores buscam a melhoria do controle de recursos públicos e dos processos laborais internos, para que desta forma, seja possível a oferta de serviços mais ágeis e eficientes à população.

Os sistemas são responsáveis pela automatização de processos que são peculiares aos servidores, reunindo dados e possibilitando aos gestores as tomadas de decisões de formas mais estratégicas.

É importante lembrar que cada instituição possui segmentos com suas respectivas especificidades. Sendo assim, é comum que os sistemas de gestão pública funcionem de forma integrada, ou, como módulo individual.

Como funcionam?

Vimos que um dos maiores objetivos de um sistema de gestão é a promoção da automatização de processos manuais, de forma otimizar o tempo dos servidores e colaboradores.

Por exemplo, o Ergon é um sistema de gestão de pessoas e folha de pagamento, voltado ao setor público que tem como objetivo transformar processos manuais e automáticos.

Ele gera automaticamente a folha de pagamento dos servidores, além de apresentar informações específicas da vida laboral do colaborador para o gestor. Desta forma, a solução auxilia na tomada de decisão estratégica para a organização.

Utilizar sistemas de gestão pública também ajuda na redução de custos, otimização e alocação de mão-de-obra no setor que está necessitando de reforço. Assim, há melhor delegação de atividades, evitando a sobrecarga de trabalho e melhorando os fluxos internos. É válido salientar que eles podem ser utilizados nas três esferas: Municipal, Estadual e Federal.

Geralmente, eles são utilizados na gestão eletrônica de documentos, onde os processos de captação, armazenamento, localização e gerenciamento de versões digitais são realizados de formas práticas e ágeis.

O setor público é conhecido pela burocracia nos processos internos e solicitações. Porém, ao utilizar sistemas de gestão, há a melhora da produtividade, redução de custos e a organização dos arquivos e documentos. Em tempos de Home Office, contar com a tecnologia tornou-se essencial para manter a fluidez do trabalho e prestação de serviços dos órgãos públicos.

Confira as vantagens de contar com sistemas de gestão pública em sua organização:

Vantagens

A inovação requer celeridade nos processos, já que um dos princípios da transformação digital é a agilidade e eficiência. Dentre as vantagens de implementar sistemas de gestão pública, podemos citar a facilidade no acesso a documentos, tramitação mais ágil.

Podemos citar outras vantagens, como:

- Possibilidade de criação de novos fluxos
- Aplicação de técnicas variadas
- Terceirização dos serviços de TI
- Personalização de processos
- Redução de custos
- Aumento de produtividade dos servidores

O uso de um software para gestão de pessoas, como o Ergon, também colabora para o aumento da eficiência e capacidade da execução de atividades de maneira correta, com redução de erros, riscos e retrabalhos.

CONCLUSÃO

Apresentamos neste trabalho os principais conceitos de gestão pública, tendo como base sites de pesquisa na área, bem como nossa opinião própria formulada a partir de uma reunião virtual com o pessoal do setor de contabilidade da prefeitura municipal de Vargem Grande do Sul, Estado de São Paulo. Integraram a reunião virtual os membros do grupo deste trabalho, bem como o chefe de gabinete da prefeitura de Vargem Grande do Sul, o senhor Celso Bruno e o tesoureiro, o senhor Moacir Rossetto, os quais responderam a perguntas da equipe, esclareceram dúvidas da equipe e fizeram colocações importantes ao que diz respeito a administração pública, tais como, as leis que embasam as ações na administração pública que visam orientar aos gestores para que os mesmos não incorram em crimes de responsabilidade, tão pouco em improbidade administrativa. Orçamento previsto, PPA, LOA, LDO, receitas e despesas também foram assuntos abordados na reunião.

REFERÊNCIAS

<http://www2.camara.leg.br/atividade>

-

[legislativa/orcamentobrasil/cidadao/entenda/cursopo/planejamento.html](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/cidadao/entenda/cursopo/planejamento.html)

. Acesso em: 23 jul. 2014.

Lei nº 4.320/64 < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm >

Lei 101/64 < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm >

MCASP

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:31484

.Nedisson Luis Gessi, Doutorando, Unijuí – RS Mauro Alberto Nüske, Doutorando, Unijuí – RS Nelson José Thesing, Doutor, Unijuí – RS Sérgio Luís Allebrandt, Doutor, Unijuí – RS Airton Adelar Mueller, Doutor, Unijuí – RS

Prefeitura municipal de Vargem Grande do Sul, estado de São Paulo-Brasil

Pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no cnpj sob nº:46.248.837\0001-55,

com sede na praça Washington Luiz, nº643-centro -Vargem Grande do Sul-SP

ANEXOS

Essa parte está reservada para os anexos, caso houver, como figuras, organogramas, fotos etc.